

Veja  
1818199  
75

114-115, 118,  
119

Amazônia

# Xenofobia na selva

**Paranóia envolvendo biopirataria prejudica pesquisas científicas com espécies brasileiras**



Alexandre Mansur e Klester Cavalcanti

**E**mbrenhar-se por matas, rios e igarapés da floresta que abriga a maior variedade de espécies de aves, primatas, roedores, insetos, jacarés, sapos, lagartos e peixes de água doce da Terra já foi o sonho profissional de nove entre dez pesquisadores científicos. Não é mais. Desde que se começou a falar em biopirataria no Brasil, as pesquisas de campo, na Amazônia e em outros ecossistemas nacionais valiosos, ganharam tantos empecilhos burocráticos que vários cientistas estão desistindo de levá-las adiante. Histórias comprovadas de contrabando de plantas e animais para a retirada de princípios ativos com fins comerciais são raras. As suspeitas e denúncias não comprovadas, porém, foram tantas que se criou uma espécie de paranóia contra pesquisadores, especialmente estrangeiros. Muitos têm difi-

culdade em conseguir aprovação para realizar os trabalhos de coleta de material e, depois, para remeter as amostras para análise no exterior. Como resultado, cada vez menos estrangeiros realizam estudos de campo no Brasil. No ano passado, apenas dezoito pesquisadores de outros países conseguiram autorização para trabalhar aqui — cinco a menos que em 1996.

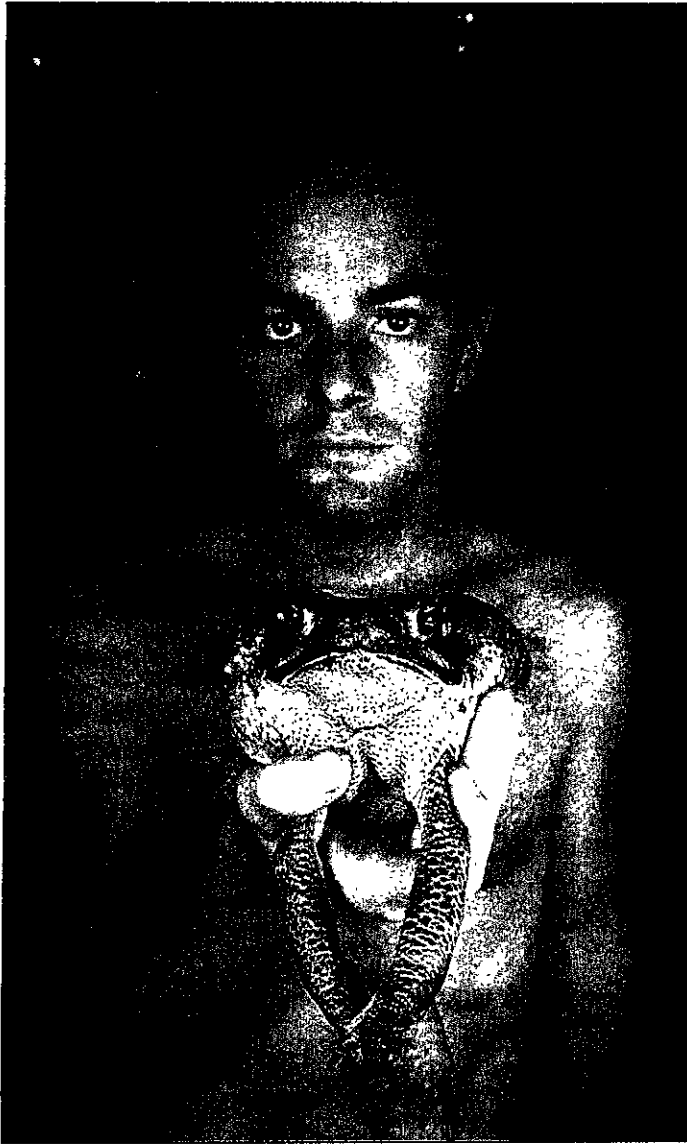
Há dois anos, o biólogo americano Jeff Chambers fez sua maior descoberta científica. Após mais de uma década de estudos sobre datação de árvores, ele encontrou, no meio da selva do Estado do Amazonas, aquela que acreditava ser a mais antiga já detectada numa floresta tropical no mundo. Para certificar-se, precisava enviar amostras dessa e de outras árvores investigadas para o Lawrence Livermore Laboratory, um centro de pesquisas da Califórnia, onde os pedacinhos das plantas seriam colocados em um acelerador atômico para a realização do exame de carbono 14. O teste,

fundamental para estabelecer a idade das árvores, não poderia ser realizado no Brasil, por falta de equipamento disponível.

Ao todo, precisavam ser analisadas vinte amostras de várias espécies, cada uma com 5 gramas, ou seja, 100 gramas de madeira — nada, comparado aos 4 milhões de metros cúbicos que são exportados da Amazônia anualmente. Foi aí que a burocracia entrou em campo, contra o cientista. Os trâmites legais atrasaram em sete meses a saída do material. Por pouco, Chambers não perdeu a gratuidade para as análises que o instituto americano lhe havia concedido. "Fiquei desesperado", lembra o biólogo. "O tempo passava e tudo levava a crer que eu perderia a grande oportunidade profissional de minha vida." Quando o material foi finalmente liberado, os exames comprovaram que a castanha-de-macaco descoberta por

**Claude Gascon desistiu de estudar sapos amazônicos: cientistas afugentados**

veja  
18/08/99  
75 115



FRANCISCO OLIVEIRA



FOTOS MICHAEL K. NICHOLS/NATIONAL GEOGRAPHIC IMAGE

Chambers, uma árvore da mesma família da castanha-do-pará, tinha 1 400 anos. Até a publicação de seu trabalho, acreditava-se que nenhuma árvore tropical tivesse mais que 800 anos.

Para realizar uma pesquisa de campo no Brasil, o cientista estrangeiro precisa desbater um respeitável cipoal burocrático. Primeiro seu projeto é analisado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, pelo Ministério do Meio Ambiente e, eventualmente, também pela Fundação Nacional do Índio, pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Entre outras exigências, é obrigatório que ele trabalhe em parceria com um colega brasileiro. Se, durante a pesquisa, for necessário remeter material da fauna ou da flora nacionais para fora do país, deve pedir nova autorização. As preocupações do governo são importantes para evitar a ação de biopiratas. Mas o que se tem visto é um excesso de zelo

e, quase sempre, direcionado para as pessoas erradas. "Biopirataria existe, mas, definitivamente, quem a pratica não são os cientistas", afirma Ozório Fonseca, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa.

**Besouro na bagagem** — O biopirata, em geral, entra no país como turista, pega ou compra o que quer no mato, coloca na bagagem e faz a viagem de volta incógnito. Ele não se arrisca a passar pelo crivo legal. Os raros casos confirmados de biopirataria foram assim. Em 1997, o publicitário belga Robert van der Merghel foi condenado a um ano de prisão por tentar pegar um avião em Tefé, no Amazonas, levando seis caixas com mais de 200 besouros e borboletas. O químico inglês Conrad Gorinsky conviveu com os índios uapixanas, em Roraima, durante dezessete anos. Sem avisar ninguém, foi embora do Brasil e registrou, no Escritório Europeu de Patentes, os direitos de propriedade inte-

lectual sobre dois compostos medicinais retirados de plantas usadas pela tribo.

Os processos de análise dos pedidos dos cientistas deveriam durar no máximo três meses. Mas têm se prolongado por até dois anos, como aconteceu com a botânica paulista Lúcia Lohmann. Ela desenvolve, com o apoio do Jardim Botânico da universidade americana de Missouri, onde trabalha, um projeto que visa traçar a árvore genealógica do grupo de plantas da família das bignoniáceas, ao qual pertencem o ipê e o jacarandá. No meio da mata brasileira, ela colheu vários pedaços de 1 centímetro quadrado de folhas mortas das plantas que são seu objeto de estudo. Despachou o material, voltou para seu escritório nos Estados Unidos e ficou aguardando a chegada da encomenda. Lúcia esperou dois anos. "Nada justifica um atraso tão absurdo quanto

**Lúcia Lohmann: dois anos para despachar folhas mortas para análise nos Estados Unidos**



ANTONIO RIBEIRO

esse”, reclama. O pesquisador John Kress, curador de botânica da Smithsonian Institution, de Washington, passou por desventura semelhante há dois anos. Além de tempo, perdeu dinheiro. Kress levou um ano e meio para conseguir enviar aos Estados Unidos um cilindro de nitrogênio líquido contendo 300 amostras de folhas. Além de gastar 2 000 dólares para manter a carga refrigerada, perdeu metade do prazo de sua bolsa de estudos esperando a chegada do material.

**Restos de frutas** — “Os maiores problemas são a falta de conhecimento técnico por parte das autoridades que coordenam a ciência no Brasil e o sensacionalismo que existe em torno do tema biopirataria”, analisa Fonseca, do Inpa. “Chegou-se ao cúmulo de acusar de biopirataria um projeto em que nada saiu do país.” O imbróglío aconteceu com a pesquisadora colombiana Marcela Santamaria, mestranda da Universidade Fede-

ral de Minas Gerais. Ao estudar uma espécie de macaco da Amazônia, ela ficou meses acampada na selva e depois enfiada num laboratório. Para estabelecer a dieta alimentar do macaco, ela contratou um mateiro para recolher do chão restos de frutas, sementes e ramos de árvores apreciados pelo bicho. Tudo era analisado nos laboratórios do próprio Inpa, em Manaus. Em março deste ano, um jornal carioca publicou uma reportagem sobre biopirataria em que o mateiro que trabalhava com Marcela era acusado de participar de “uma rede de fuga de material genético para o exterior, praticamente livre da fiscalização das autoridades”. Foi um desastre para a pesquisa.

O trabalho de Marcela ficou parado mais de um mês, enquanto ela e o mateiro eram investigados por uma comissão do Inpa, que acabou por inocentá-los. “Fiquei indignada. Isso é pura loucura”, esbraveja a colombiana. “Estou aqui porque quero estudar, e o gover-

no brasileiro me autorizou a fazer isso.” Na mesma época, a botânica alemã Christiane Eh-ringhaus, que realiza um estudo sobre plantas medicinais sob a orientação de professores da Universidade Federal do Acre, Ufac, também foi denunciada pela imprensa como biopirata. Christiane teve de se submeter a uma sindicância administrativa instaurada pela universidade. Só um mês depois, considerada inocente, pôde continuar seu estudo. “Todo o trabalho dela é feito em parceria com uma pesquisadora brasileira”, esclarece Maria de Fátima Bigi, pró-reitora de pesquisa da Ufac.

A bioparanóia é alimentada por vários lados. No início de 1997, o analista de ciência e tecnologia William Gama, do Inpa, publicou uma tese de mestrado acusando o próprio instituto de partici-

**Thomas Lovejoy,  
do Banco Mundial:  
“Se não houvesse  
tantos empecilhos,  
o Brasil receberia  
mais investimento”**

veja  
18/8/99  
75  
119

par da biopirataria. O trabalho teve ampla repercussão na imprensa da região amazônica e o Congresso Nacional, a pedido do então ministro de Ciência e Tecnologia Israel Vargas, abriu uma comissão de sindicância para apurar as denúncias. Um relatório de 600 páginas garantiu que o instituto não havia feito nada de errado. “Essa paranóia ridícula sobre biopirataria está espantando o pessoal que quer trabalhar no Brasil”, diz o zoologista paraense José Márcio Ayres, da Wildlife Conservation Society. As dificuldades impostas no Brasil ao desenvolvimento de pesquisas estão afastando verbas dos principais institutos internacionais promotores da ciência. “Se não houvesse tantos empecilhos, poderíamos investir mais em pesquisas no Brasil”, lamenta Thomas Lovejoy, conselheiro da Smithsonian e assessor de biodiversidade do Banco Mundial. “Temos centenas de colaborações com o Panamá e dúzias de trabalhos na Costa Rica. No Brasil, são menos de dez.”

A escassez de verbas prejudica também a preservação da natureza. Os cientistas hoje conhecem menos de 10% das espécies que habitam a Amazônia brasileira. “Nenhum país sozinho vai conseguir pesquisar todo esse território. Por isso, precisamos multiplicar nossos esforços de pesquisa, nunca reduzi-los com limitações despropositadas”, afirma o entomólogo Angelo Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais. “Enquanto atrapalhamos pesquisadores competentes, nossa riqueza biológica está sendo destruída pelos desmatamentos”, aponta Gustavo Fonseca, vice-presidente da Conservation International em Washington. Ao afugentar pesquisadores, o Brasil está perdendo importantes

**Chambers achou a árvore tropical mais antiga: “Quase perdi a oportunidade da minha vida”**



LEONIDE FRICKE

defensores da floresta. “Há uma relação direta entre a presença permanente de cientistas em uma região e sua preservação a longo prazo”, explica Fonseca. “O contato com os cientistas ajuda a população local a entender a importância de conservar aquele ecossistema e tirar lucro dele”, diz. Além disso, só o estudo detalhado de um local é capaz de produzir argumentos incontestáveis para transformá-lo legalmente em uma área de preservação ambiental.

Como resultado da bioparanóia, o Brasil está perdendo conhecimento científico. Com medo de ser acusados de biopiratas, há um ano e meio os pesquisadores do Inpa deixaram de fazer qualquer estudo que envolva análise de DNA no exterior. O canadense Claude Gascon, que em onze anos de pesquisa na Amazônia identificou quase uma dezena de novas espécies de sapo, decidiu abandonar o país na época em que a tese de William Gama

apareceu. “Aquilo nos desgastou muito”, conta o biólogo. Outro cientista que o Brasil desprezou foi o inglês William Hamilton, considerado o mais importante evolucionista do século. Ele pretendia estudar a evolução da vida na Amazônia, mas os entraves burocráticos foram tantos que ele nem sequer chegou a desembarcar em território nacional. Que descoberta Hamilton poderia ter feito no Brasil? Graças à bioparanóia, jamais se saberá. ■



EUGENIO SAVIO

**A colombiana Marcela foi acusada de biopirataria: material de pesquisa nunca saiu do Brasil**